



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Controladoria-Geral da União

Relatório de Auditoria
Exercício de 2015



**Banco Interamericano de
Desenvolvimento – BID**

Projeto 2580/OC-BR

Brasília/DF, 2016



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

ÍNDICE

| | Página |
|--|---------------|
| 1. Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas | 02 |
| 2. Demonstrações Financeiras Básicas | |
| - Demonstrativo de Fluxo de Caixa | 04 |
| - Demonstrativo de Investimentos Acumulados | 05 |
| - Conciliação dos Recursos do Banco | 06 |
| - Extrato do Fundo Rotativo | 07 |
| - Notas Explicativas | 09 |
| 3. Declaração da Gerência do Projeto | 21 |
| 4. Relatório de Auditoria Nº 201505391 | 22 |
| 5. Anexo-1 – Parecer de Auditoria nº 030 – 2015/SAGEF/CCIEEx | 40 |



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Ao Senhor: Claudson Moreira Santos
Coordenador-Geral do Programa

Examinamos o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e o Demonstrativo de Investimentos Acumulados, referentes ao período de 01/01/2015 a 31/12/2015 e respectivas Notas Explicativas correspondentes ao Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. As referidas demonstrações foram elaboradas pela unidade de gerenciamento do programa, com base no Artigo 7.03 das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo BID 2580/OC-BR.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras de acordo com as cláusulas do Contrato de Empréstimo, estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas de auditoria da CGU, as normas brasileiras e internacionais de auditoria e os requisitos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Projeto para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a conversão dos valores executados em moeda nacional para Dólares dos Estados Unidos, os fundos recebidos, os desembolsos efetuados e os investimentos acumulados do Projeto, de acordo com os requisitos financeiros estabelecidos pelo BID.

(Handwritten mark)



Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2, que descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

Brasília, 25 de abril de 2016.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Mauro Henrique de Souza Marques', written over a horizontal line.

Mauro Henrique de Souza Marques
Analista de Finanças e Controle

NOME DO EXECUTOR: Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças - SPU/MP

PROGRAMA: Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: BID 2580/OC-BR

Data: 14/03/2016

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA (1)

(Expresso em US\$ dólares)

Período terminado em 31/12/2015

Período Atual

| RECURSOS RECEBIDOS | BID | Contrapartida | TOTAL |
|--|------------------------|----------------------|---------------------|
| Acumulado ao começo do período | 1.650.000,00 | 563.283,85 | 2.213.283,85 |
| Durante o período - Subtotal | 1.098.000,00 | 230.357,66 | 1.328.357,66 |
| Desembolsos Fundo Rotativo/Adiantamento/Reembolso - BID | 1.098.000,00 | - | 1.098.000,00 |
| Juros Recebidos Rendimentos | No exercício | 619,43 | 619,43 |
| | Ajuste exerc. anterior | - | - |
| Desembolso de Recursos Próprios - Contrapartida | No exercício | 229.738,23 | 229.738,23 |
| | Ajuste exerc. anterior | - | - |
| Total Recursos Recebidos | 2.748.000,00 | 793.641,52 | 3.541.641,52 |
| DESEMBOLSOS EFETUADOS | BID | Contrapartida | TOTAL |
| Acumulado ao começo do período | 201.274,10 | 219.386,48 | 420.660,58 |
| Durante o período - Subtotal | 1.365.974,29 | 382.782,59 | 1.748.756,88 |
| Solicitação de Desembolso apresentados dentro do período - BID e Contrapartida | 1.380.455,41 | 383.095,65 | 1.763.551,06 |
| Pagos Pendentes Comprovação / Justificação - BID | No exercício | - | 186.792,98 |
| | Ajuste exerc. anterior | - | -201.274,10 |
| Pagos Pendentes Comprovação / Justificação - Contrapartida | No exercício | 219.073,42 | 219.073,42 |
| | Ajuste exerc. anterior | - | -219.386,48 |
| Total Desembolsado | 1.567.248,39 | 602.169,07 | 2.169.417,46 |
| SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO | 1.180.751,61 | 191.472,45 | 1.372.224,06 |

Período terminado em 31/12/2014

Período Anterior

| BID | Contrapartida | TOTAL |
|---------------------|----------------------|---------------------|
| - | 24.095,73 | 24.095,73 |
| 1.650.000,00 | 539.188,12 | 2.189.188,12 |
| 1.650.000,00 | - | 1.650.000,00 |
| - | 1.776,29 | 1.776,29 |
| - | - | - |
| - | 537.411,83 | 537.411,83 |
| - | - | - |
| 1.650.000,00 | 563.283,85 | 2.213.283,85 |
| BID | Contrapartida | TOTAL |
| - | 24.095,73 | 24.095,73 |
| 201.274,10 | 195.290,75 | 396.564,85 |
| - | - | - |
| 201.274,10 | - | 201.274,10 |
| - | - | - |
| - | 195.290,75 | 195.290,75 |
| - | - | - |
| 201.274,10 | 219.386,48 | 420.660,58 |
| 1.448.725,90 | 343.897,37 | 1.792.623,27 |

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

[1] Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizados os ajustes correspondentes à nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração

[2] No primeiro período não houve demonstração comparativa


Claudson Moreira Santos
 Coordenador Geral do Programa


Hélio Costa Ferreira Júnior
 Coordenador Administrativo-Financeiro

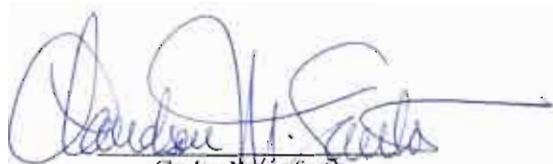


NOME DO EXECUTOR: Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças - SPU/MP
 PROGRAMA: Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
 CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: BID 2580/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS
 Exercício: 2015
 Data: 14/03/2016

[Expresso em US\$ dólares]

| Categorias de Investimento | Orçamento Vigente | | | Acumulado até o Exercício 2014 | | | Ajuste do Exercício Anterior | | | Movimento do Exercício 2015 | | | Acumulado do Exercício (anterior + atual) | | | Disponível para aplicação | | | |
|---|-------------------|--------------|---------------|--------------------------------|------------|--------------|------------------------------|------|--------------|-----------------------------|--------------|--------------|---|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|------|
| | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | |
| 1 Custos Diretos | 12.796.000,00 | 6.742.000,00 | -6.054.000,00 | 344.556,05 | 201.274,10 | 143.281,95 | -2.143,89 | 0,00 | -2.143,89 | 1.665.318,82 | 1.365.974,29 | 299.344,53 | 1.007.730,28 | 1.567.248,39 | 440.482,59 | 10.788.269,02 | 5.274.751,61 | 5.613.517,41 | |
| 1.1 Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União | 6.670.000,00 | 2.693.000,00 | -3.975.000,00 | 9.878,43 | 0,00 | 9.878,43 | 23.132,82 | 0,00 | 23.132,82 | 1.128.868,35 | 873.157,54 | 255.710,82 | 1.103.847,23 | 873.157,54 | 230.689,67 | 8.900.152,79 | 4.821.642,36 | 3.684.910,33 | |
| 1.2 Criação de codificação para a gestão patrimonial | 1.035.000,00 | 817.000,00 | -218.000,00 | 103.721,54 | 0,00 | 103.721,54 | 2.385,47 | 0,00 | 2.385,47 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 106.107,01 | 0,00 | 106.107,01 | 928.892,90 | 817.000,00 | 411.892,90 | |
| 1.3 Alimentação dos processos de gestão do patrimônio da União | 5.000.000,00 | 3.030.000,00 | -1.961.000,00 | 230.956,08 | 201.274,10 | 29.681,98 | -29.681,98 | 0,00 | -29.681,98 | 536.502,46 | 492.816,75 | 43.685,71 | 737.776,76 | 693.896,85 | 43.885,91 | 4.533.238,24 | 2.830.109,15 | 1.517.114,09 | |
| 2 Administração do Programa | 1.002.000,00 | 167.000,00 | -835.000,00 | 76.104,54 | 0,00 | 76.104,54 | 2.143,89 | 0,00 | 2.143,89 | 83.438,05 | 0,00 | 83.438,05 | 161.686,48 | 0,00 | 161.686,48 | 840.313,52 | 167.000,00 | 673.313,52 | |
| 2.1 Gestão do Programa | 986.000,00 | 113.000,00 | -831.000,00 | 76.104,54 | 0,00 | 76.104,54 | 2.143,89 | 0,00 | 2.143,89 | 83.438,05 | 0,00 | 83.438,05 | 161.686,48 | 0,00 | 161.686,48 | 784.919,52 | 113.000,00 | 673.313,52 | |
| 2.2 Auditoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.3 Avaliação sumária e final | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| 3 Sem Alocação Específica | 202.000,00 | 91.000,00 | -111.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 202.000,00 | 91.000,00 | 111.000,00 | |
| 3.1 Investimentos | 202.000,00 | 91.000,00 | -111.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 202.000,00 | 91.000,00 | 111.000,00 | |
| A Subtotal | 14.000.000,00 | 7.000.000,00 | -7.000.000,00 | 420.660,59 | 201.274,10 | 219.386,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.748.756,87 | 1.365.974,29 | 382.782,58 | 2.169.417,46 | 1.567.248,39 | 602.169,07 | 11.830.582,54 | 5.432.751,61 | 6.397.830,93 | |


 Claudson Moreira Santos
 Coordenador Geral do Programa


 Hélio Costa Pereira Júnior
 Coordenador Administrativo-Financeiro





CONCILIAÇÃO DOS RECURSOS DO BANCO

NOME DO ORGANISMO EXECUTOR: Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças - SPU/MP

Nº do Contrato de Empréstimo ou Convênio de Cooperação Técnica: 2580/OC-BR BR-L.1224

Nº da Solicitação: 006

Data: 14/03/2016

| | | |
|---|---|--------------|
| I | SALDO DISPONÍVEL DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS (2) | \$990.341,08 |
|---|---|--------------|

| Informações bancárias | Montante | Taxa de Câmbio | Montante na Moeda do Contrato/Convênio |
|---|---------------|----------------|--|
| Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2015 - Banco do Brasil S/A - nº da Conta: 00.394.460 | | | \$984.758,45 |
| Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2015 Banco: Banco do Brasil S/A DEC - UG 160075 | | | \$0,00 |
| Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2015 Banco: Banco do Brasil S/A DEC - UG 160067 | | | \$0,00 |
| Saldo Disponível na Conta na Moeda da Operação em: 31/12/2015 Banco: Banco do Brasil S/A MPOG - UG 200243 | R\$ 12.444,23 | 3,9048 | \$3.186,91 |
| Saldo Disponível na Conta na Moeda Local em: 31/12/2015 | | | \$2.395,72 |

| | | |
|----|--|--------------|
| II | GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID /3 | \$186.792,98 |
|----|--|--------------|

| | | |
|--|--------------|---|
| Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco incluídos nesta Solicitação | \$186.792,98 | a |
| Gastos ou Pagamentos Pendentes de Apresentação ao Banco não incluídos nesta Solicitação, conforme registros contábeis do projeto | \$0,00 | |

| | | |
|-----|---|----------------|
| III | TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DE ADIANTAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (I+II) | \$1.177.134,06 |
|-----|---|----------------|

| | | | |
|----|---|----------------|---|
| IV | SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS SEGUNDO A CONTABILIDADE DO BID (LMS 1) | \$1.367.544,59 | b |
|----|---|----------------|---|

Porcentagem Justificada ao Banco 13,66% a/b

| | | |
|---|------------------------|--------------|
| V | DIFERENÇAS (IV-III) /4 | \$190.410,53 |
|---|------------------------|--------------|

| | | |
|----|---------------------------------|--------------|
| VI | IDENTIFICAÇÃO DAS DIFERENÇAS /4 | \$190.410,53 |
|----|---------------------------------|--------------|

| Descrição | Montante | Taxa de Câmbio | Total na Moeda do Contrato/Convênio |
|---|----------|----------------|-------------------------------------|
| Diferença decorrente de rendimentos de aplicação financeira | | | \$2.395,72 |
| Diferença identificada por variação cambial | | | \$188.014,81 |

Certificamos que: a) os gastos especificados no item II foram efetuados para os fins estipulados no Contrato/Convênio; e b) a documentação que apóia os

Claudson Moreira Santos
Coordenador Geral do Programa

Hélio Costa Fierreira Júnior
Coordenador Administrativo-Financeiro

Observações:

- 1) A conta corrente é exclusiva para o Fundo Rotativo ou Adiantamentos? SIM NÃO
disponível do Aporte Local caso seja utilizada a mesma conta corrente do Fundo Rotativo ou Adiantamentos.
- 3) Anexar o detalhe dos gastos ou pagamentos efetuados com recursos do Fundo Rotativo ou Adiantamentos mas ainda não apresentados/justificados.
- 4) Em caso de diferença, anexar conciliação e explicação.



EXTRATO PMG/SPU

Principal em dólar

| PREM133I | SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil | 05/01/2016 | |
|---|--|-------------------------|-------------------------|
| E1179918 | Controle de Contas Especiais | 10:01:27 | |
| ----- Extrato de Conta de Principal ----- Pag: 01 a 02 | | | |
| Titular....: 00.394.460/0001-41 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL | | | |
| Moeda.....: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS UNIDOS Período: 01.01.2015 a 05.01.2016 | | | |
| Emprestimo: BID 2580 - PMG / SPU Credor: BID | | | |
| ----- | | | |
| Data | Lancamento Histor/Seqcl | Valor Moeda da Conta | Saldo Moeda da Conta |
| ----- | | | |
| 31.12.2014 | Saldo anterior | | 600.000,00 C |
| 27.02.2015 | ADNMTO 00005 | 143.772,82 D | 456.227,18 C |
| 12.05.2015 | ADNMTO 00006 | 109.333,63 D | 346.893,55 C |
| 26.06.2015 | ADNMTO 00007 | 96.246,39 D | 250.647,16 C |
| 29.07.2015 | ADNMTO 00008 | 59.813,98 D | 190.833,18 C |
| 27.08.2015 | ADNMTO 00009 | 85.833,18 D | 105.000,00 C |
| 28.09.2015 | ADNMTO 00010 | 63.792,62 D | 41.207,38 C |
| 27.10.2015 | ADNMTO 00011 | 41.207,38 D | 0,00 C |
| 23.11.2015 | RECOMP 00012 | 1.098.000,00 C | 1.098.000,00 C |
| 26.11.2015 | ADNMTO 00013 | 57.302,82 D | 1.040.697,18 C |
| 07.12.2015 | ADNMTO 00014 | 10.000,00 D | 1.030.697,18 C |
| 22.12.2015 | ADNMTO 00015 | 45.938,73 D | 984.758,45 C |
| ----- | | | |
| F1 Ajuda F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag F9 <= | | | |

Principal em reais

| PREM133I | SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil | 05/01/2016 | |
|---|--|------------|-------------------------|
| E1179918 | Controle de Contas Especiais | 10:01:26 | |
| ----- Extrato de Conta de Principal ----- Pag: 01 a 02 | | | |
| Titular....: 00.394.460/0001-41 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL | | | |
| Moeda.....: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS UNIDOS Período: 01.01.2015 a 05.01.2016 | | | |
| Emprestimo: BID 2580 - PMG / SPU Credor: BID | | | |
| ----- | | | |
| Data | Lancamento Histor/Seqcl | Cotacao | Valor Moeda Nacional |
| ----- | | | |
| 27.02.2015 | ADNMTO 00005 | 2,8663000 | 412.096,03 |
| 12.05.2015 | ADNMTO 00006 | 3,0180000 | 329.968,90 |
| 26.06.2015 | ADNMTO 00007 | 3,1170000 | 300.000,00 |
| 29.07.2015 | ADNMTO 00008 | 3,3437000 | 200.000,00 |
| 27.08.2015 | ADNMTO 00009 | 3,5460000 | 304.364,46 |
| 28.09.2015 | ADNMTO 00010 | 4,0220000 | 256.573,92 |
| 27.10.2015 | ADNMTO 00011 | 3,8994000 | 160.604,06 |
| 23.11.2015 | RECOMP 00012 | 3,7080000 | 4.071.304,00 |
| 26.11.2015 | ADNMTO 00013 | 3,7608000 | 215.504,45 |
| 07.12.2015 | ADNMTO 00014 | 3,7220000 | 37.220,00 |
| 22.12.2015 | ADNMTO 00015 | 3,9687000 | 182.317,04 |
| ----- | | | |
| F1 Ajuda F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag F10 => | | | |



Rendimento

| | | | |
|---|--|------------------------------------|-------------------------|
| PREM133G | SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil | 05/01/2016 | |
| E1179918 | Controle de Contas Especiais | 10:11:36 | |
| ----- Extrato de Conta de Rendimento ----- Pag.:01 a 02 | | | |
| BYD 2580 - PMG / SPU | | | |
| Credor.: BID | Conta: 00.394.460 | Periodo: 01.01.2015 a 05.01.2016 | |
| Agencia: 1608-X - GECEX BRASILIA | | Moeda: 220 USD DOLAR DOS ESTADOS | |
| ----- | | | |
| Data | Lancamento Historico/Seque. | Valor Lancamento na moeda da conta | Saldo na moeda da conta |
| ----- | | | ----- |
| 31.12.2014 | Saldo anterior | | 1.776,29 C |
| 02.01.2015 | RENMT0 00010 | 91,96 C | 1.868,25 C |
| 02.02.2015 | RENMT0 00011 | 87,78 C | 1.956,03 C |
| 02.03.2015 | RENMT0 00012 | 74,24 C | 2.030,27 C |
| 01.04.2015 | RENMT0 00013 | 69,96 C | 2.100,23 C |
| 04.05.2015 | RENMT0 00014 | 63,60 C | 2.163,83 C |
| 01.06.2015 | RENMT0 00015 | 52,96 C | 2.216,79 C |
| 01.07.2015 | RENMT0 00016 | 48,84 C | 2.265,63 C |
| 03.08.2015 | RENMT0 00017 | 39,22 C | 2.304,85 C |
| 01.09.2015 | RENMT0 00018 | 26,37 C | 2.331,22 C |
| 01.10.2015 | RENMT0 00019 | 14,40 C | 2.345,62 C |
| 03.11.2015 | RENMT0 00020 | 5,18 C | 2.350,80 C |
| 01.12.2015 | RENMT0 00021 | 44,92 C | 2.395,72 C |
| 04.01.2016 | RENMT0 00022 | 155,85 C | 2.551,57 C |
| ----- | | | ----- |
| F3 Retorna F5 Encerra F6 Imprime F7 Pag.Ant F8 Prox.Pag | | | |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Programa:

Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

1.1. Objetivo

O objetivo do Programa é promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

1.2. Descrição

Para alcançar o objetivo do Programa, as atividades estão organizadas em três componentes e respectivos produtos conforme descrito a seguir:

Componente I - Modernização dos processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União

O objetivo deste componente é ampliar a base e melhorar a consistência das informações que caracterizam os imóveis da União. Para alcançar este objetivo, o Programa financiará:

Modernização metodológica e de procedimentos: Contratação de consultorias e realização de seminários para a formulação de metodologias que permitam modernizar os processos de caracterização do patrimônio (demarcação e cadastramento); capacitação nas novas metodologias; normatização; e aquisição de equipamentos e aplicativos de apoio à caracterização.

Padronização da Cartografia da SPU: Contratação de empresa para concepção e execução do inventário cartográfico da SPU em nível nacional; contratação de consultoria especializada para concepção e normatização dos padrões cartográficos; contratações de serviços para desenvolvimento e implantação de banco de dados geográficos (BDG); conversão da cartografia atual para o novo padrão cartográfico; aquisição de infraestrutura física para correto armazenamento de documentos cartográficos; e capacitação no novo padrão cartográfico.

Ampliação da escala de identificação: Aquisição de cartografia e cadastramento; contratação de serviços especializados em levantamento cartográfico; execução da demarcação; contratação de serviços especializados em cadastro; elaboração de Planta de Valores Genéricos (PVG); e inserção de dados (espaciais e cadastrais) referentes a novos imóveis ao BDG.

Certificação e depuração das bases existentes: Contratação de consultoria especializada para desenvolver e implantar sistemática de depuração de dados; contratação de consultoria especializada para revisão de metodologia de certificação cadastral e elaboração de proposta de normatização; contratação de empresa para execução dos trabalhos de levantamento cartográfico, certificação e atualização de



PVG; contratação de consultoria para integração dos novos dados (espaciais e cadastrais) ao BDG.

Componente II - Geração de conhecimento para a gestão patrimonial

O objetivo deste componente é gerar conhecimento para apoiar uma gestão inovadora que potencialize o aproveitamento da função socioambiental dos ativos públicos harmonizada com a função arrecadadora, e o uso compartilhado da informação patrimonial para a formulação de políticas públicas. Para o anterior, o Programa financiará:

Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial e regularização do registro cartorial dos bens imóveis da União, contemplando: (i) identificação, análise e classificação contábil dos bens da União e respectivos direitos passíveis de contabilização; (ii) avaliação e proposição de modelos, mecanismos e critérios de controle contábil dos ativos, considerando as normas nacionais e internacionais; (iii) avaliação, criação e sistematização dos procedimentos e critérios de registros cartoriais dos bens da União, incluindo os atuais, e os que serão incorporados; (iv) formulação de propostas para adequação da legislação vigente relacionada com a contabilidade patrimonial e registro cartorial; e (v) realização de evento de capacitação no tema.

Proposta de novos modelos de negócios e estudo dos seus potenciais benefícios para o aproveitamento do uso dos bens públicos federais: Análise das possibilidades de ampliação do potencial de geração de benefícios sociais e econômicos dos bens da União, incluindo a revisão do modelo de arrecadação e cobrança, e a elaboração de propostas que viabilizem a implementação de modelos de negócios, arranjos institucionais, parcerias com o setor privado e entes federativos, e a identificação de nichos de oportunidades para o uso e destinação deste patrimônio.

Estudos de metodologias de avaliação de bens públicos federais: Identificação e análise de metodologias existentes de avaliação do patrimônio e valoração do seu uso conforme tipologia, forma de destinação e instrumento aplicável, de acordo com a legislação.

Estratégia de racionalização da utilização dos imóveis destinados à APF: (i) revisão dos padrões de identificação e registro do valor de uso (ou custo de oportunidade) dos imóveis próprios nacionais usados pela APF e elaboração de propostas de incentivos ao seu uso racional e eficiente; (ii) elaboração de propostas de novas diretrizes e normas para a utilização dos bens de uso especial, incluindo a definição de parâmetros para os processos decisórios entre as opções de alugar, construir ou adquirir imóveis; (iii) atualização do cadastro dos próprios nacionais em dois Estados Piloto (Distrito Federal e Rio de Janeiro) no cadastro do SPIUNet; e (iv) formulação de diretrizes para incentivar o compartilhamento de informação patrimonial com Estados e Municípios, tais como sistemas, contabilidade patrimonial e novos modelos de negócio, considerando os requisitos legais e tecnológicos.

Componente III - Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União

O objetivo deste componente é automatizar os processos e aperfeiçoar os sistemas de informação para apoiar a gestão do patrimônio da União. Neste sentido, o Programa conterà os seguintes produtos:



Plano de Gestão da Informação Patrimonial: que conterá as diretrizes, estratégias e planejamento de execução do novo sistema de informação da SPU utilizando a metodologia do PMBOK. Este sistema integrará todos os processos finalísticos da SPU, vinculando a informação literal com a cartográfica para apoiar a tomada de decisão para gestão patrimonial.

Atualização do mapeamento de processos da SPU: tendo como base os estudos já existentes, este produto fará a revisão dos processos da SPU, agregando informações quanto aos componentes espaciais e os indicadores de desempenho existentes de cada processo. O produto ainda conterá, quando for o caso, proposta de revisão normativa.

Desenvolvimento do sistema informatizado: a ser composto por uma base de dados geográfica e funcionalidades para atender as áreas finalísticas da SPU, incluindo a automação de processos e a implementação de interfaces com entidades externas e para disponibilização de serviços ao cidadão.

Digitalização de documentos: este produto aumentará a segurança de acesso à informação, através da digitalização dos processos da SPU, e se integrará ao novo sistema informatizado, de forma que as consultas possam ser feitas através do próprio sistema, e que novos documentos sejam gerados e tramitados em formato digital, com a devida assinatura eletrônica.

Implantação de tecnologias de comunicação: Integrar as 27 Superintendências e o Órgão Central da SPU por meio de tecnologias de comunicação via videoconferência e voz sobre IP. Este produto proporcionará uma significativa economia de recursos, facilitando também a realização de conferências, palestras, treinamentos e reuniões.

1.3. Custo do Programa e plano de financiamento

O custo do Programa foi estimado originalmente no equivalente a US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Custo e financiamento (em US\$ mil)

| CATEGORIAS | Banco | Local | TOTAL | % |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|
| 1- Custos Diretos | 13.907 | 14.889 | 28.796 | 95,9% |
| 1. Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União | 5.275 | 5.926 | 11.201 | 37,3 |
| 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial | 2.046 | 896 | 2.942 | 9,8 |
| 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União | 6.586 | 8.067 | 14.653 | 48,8 |
| 2- Administração do Programa | 1.002 | 0 | 1002 | 3,4 |
| 1 - Gestão do Programa | 946 | - | 946 | 3,2 |
| 2 - Auditoria | 0 | 0 | 0 | |
| 3 - Avaliação intermediária e final | 56 | - | 56 | 0,2 |
| 3- Sem Alocação Específica | 91 | 111 | 202 | 0,7 |
| 1- Imprevistos | 91 | 111 | 202 | 0,7 |
| TOTAL | 15.000 | 15.000 | 30.000 | 100 |
| PERCENTAGEM | 50% | 50% | 100% | |



Em 13 de novembro de 2015, o Programa sofreu uma revisão contratual, por meio de da Alteração Nº 1 ao Contrato de Empréstimo BID nº 2580/OC-BR, onde foi solicitado:

- Cancelamento parcial de recursos (Financiamento/Contrapartida); e
- Prorrogação do prazo de execução/Desembolso/Encerramento (*Closing Date*).

Com esta alteração, o custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de dólares), cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

Custo e financiamento (em US\$ mil)

| CATEGORIAS | Banco | Local | TOTAL | % |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| 1- Custos Diretos | 6.742 | 6.054 | 12.796 | 95,90% |
| 1. Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União | 2.695 | 3.975 | 6.670 | 47,6% |
| 2. Geração de conhecimento para a gestão patrimonial | 517 | 518 | 1.035 | 7,4% |
| 3. Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União | 3.530 | 1.561 | 5.091 | 36,4% |
| 2- Administração do Programa | 167 | 835 | 1.002 | 7,2% |
| 1 - Gestão do Programa | 111 | 835 | 946 | 6,8% |
| 2 - Auditoria | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| 3 - Avaliação intermediária e final | 56 | 0 | 56 | 0,4% |
| 3- Sem Alocação Específica | 91 | 111 | 202 | 1,4% |
| 1- Imprevistos | 91 | 111 | 202 | 1,4% |
| TOTAL | 7.000 | 7.000 | 14.000 | 100% |
| PERCENTAGEM | 50% | 50% | 100% | |

O prazo do desembolso dos recursos do financiamento foi prorrogado para até o dia 26 de março de 2018.

1.4 Execução

O Órgão Executor do Programa será a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o apoio administrativo, financeiro e de aquisições da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do mesmo Ministério.

A coordenação estratégica do Programa será responsabilidade de um Grupo Estratégico de Gestão (GEG) a ser instituído pelo Secretário do Patrimônio da União. Este Grupo Estratégico de Gestão será responsável pela aprovação dos Planos Operativos Anuais (POA), Planos de Aquisições (PA), relatórios de execução e relatórios de avaliação do Programa.

A coordenação do Programa será responsabilidade da Unidade de Coordenação do Programa, instituída pelo Secretário do Patrimônio da União com designação de um Coordenador-Geral do Programa, de Coordenadores de Componentes e de um Coordenador Administrativo Financeiro.

O Coordenador Geral será responsável pela interlocução com o Banco e preparará toda a documentação a ser submetida ao GEG e pela administração geral do Programa. O



Coordenador Geral será também responsável pela integração das ações, consolidação dos POA e dos PA e elaboração dos relatórios de monitoramento e avaliação.

O Coordenador de cada componente será responsável pela elaboração das especificações técnicas e dos termos de referência (TDR). Com a supervisão e o apoio do Coordenador Geral do Programa, os Coordenadores acompanharão a seleção e execução dos contratos do respectivo Componente e certificarão o recebimento dos produtos ou serviços contratados conforme as especificações técnicas e os TDR.

O Coordenador Administrativo-Financeiro será responsável pela articulação entre a SPU e a SPOA, incluindo a solicitação dos pagamentos, monitoramento dos contratos, apoio aos processos de aquisições, desembolso dos recursos e prestação de contas, elaboração de relatórios financeiros e preparação das solicitações de desembolso.

A SPOA do MP será encarregada da administração fiduciária da execução da operação, e será responsável pelas contratações e gerenciamento financeiro do Programa, incluindo a realização dos processos de aquisição, a provisão de recursos e pagamentos e apresentação de informações à auditoria. A execução financeira do Programa será realizada diretamente pelo Sistema Integrado de Administração Financeira da APF (SIAFI), conforme as diretrizes de aceitação pelo Banco do uso de sistemas nacionais de gestão, desde que finalizado o processo de customização para geração de relatórios financeiros requeridos, nos termos acordados entre o Banco e o Mutuário.

No caso da realização de aquisições descentralizadas pelas Superintendências, as mesmas seguirão, além das políticas do Banco, o disposto na legislação nacional vigente, relacionada com a prestação de apoio logístico pelas Gerências Regionais de Administração do Ministério da Fazenda.

▪ **Contratos Modificatórios**

Alteração nº 1 ao Contrato de Empréstimo BID nº 2580/OC-BR.

▪ **Convênios Interinstitucionais:**

- Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto é “Desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União” – PRISM-BRB2373. – 1º Termo Aditivo ao Termo a de Cooperação Nº 40 de 27 de dezembro de 2013.
- Contrato Administrativo nº 13/2012 - Fundação Universidade de Brasília - FUB - "Prestação de serviços técnicos especializados para a realização de processo seletivo simplificado".
- Contrato Administrativo nº 121/2014 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR10861.
- Contrato Administrativo nº 014/2015 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e



redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR BR10997.

- Nota de Empenho nº 43/2013- Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG – “Curso de Direito Imobiliário Registral Aplicado aos Bens Públicos”.
- Contrato Administrativo nº 86/2012 – Liberiun Technologies Sistema de Informação Ltda - "Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistema de informação, na modalidade Fábrica de Software"- PRISM-BRB2737.
- Contrato SAMF-DF nº 52/2014 – Pleimec Solution Comércio de Equipamentos Tecnológicos LTDA – EPP – “Aquisição de equipamentos e software para expansão e atualização de rede de videoconferência” – PRISM-BRB2738.
- Nota de Empenho nº 2015NE800008 de 27/11/2015- Processo SEI 04905.201203/2015-73 – Adesão a Ata de Registro de Preço Pregão 00155/2014 – Aquisição de Equipamentos Tipo Workstation.
- Termo de Execução Descentralizada nº 10/2015 de 10 de dezembro de 2015 - Parceria entre a SPU/MPOG e a Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF, para a realização de Concurso de Monografia, Inovação na Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – Inova SPU.
- Basis Tecnologia da Informação S.A. - Adesão pela SPU à Ata de Registro de Preços nº 09/2015 (Pregão Eletrônico do MP nº 04/2015).

2. Princípios Políticas Contábeis

A Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para a emissão e registro dos documentos de movimentação orçamentária e financeira da União. O Plano Interno que integra o SIAFI foi elaborado de forma a representar as categorias e componentes do Contrato de Empréstimo BID nº 2580/OC-BR.

▪ *Base de Contabilidade Caixa*

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “*IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa*”.

▪ *Unidade Monetária*

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da



América a taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da moeda do país do Mutuário (Real) em relação ao dólar dos Estados Unidos da América é utilizada a taxa de câmbio vigente no país do Mutuário, na data efetiva da despesa, conforme Cotações de Fechamento Ptax4/ do DÓLAR DOS EUA, Código da Moeda: 220, Símbolo da Moeda: USD, Tipo da Moeda: A, taxa de venda, extraída do site do Banco Central (<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>).

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2015 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais.

| | Em US\$ | |
|---|---------------------|-------------------|
| | 2014 | 2015 |
| Conta Bancaria nº 00.394.460 | 600.000,00 | 984.758,45 |
| Conta Única do Tesouro - Saldo DEC (em 31/12/2015) | 361.007,25 | 0,00 |
| Conta Única do Tesouro - Saldo MPOG (em 31/12/2015) | 388.044,95 | 3.186,91 |
| Rendimentos | 1.776,29 | 2.395,72 |
| Total | 1.350.828,50 | 990.341,08 |

Durante o ano de 2015 foram registradas receitas provenientes de juros, acumulado até 31/12/2015, no total de US\$ 2.395,72, e perda por diferença cambial acumulada de US\$ 188.014,81.

4. Adiantamentos Pendentes de Justificativa

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$186.792,98, e está representado na seguinte solicitação de desembolso pendente de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

| | Em US\$ |
|---|-------------------|
| Solicitação de Desembolso nº 006 - Pendente de Tramitação | 186.792,98 |
| Total | 186.792,98 |

5. Adiantamentos e justificativas

| | Em US\$ |
|--|---------------------|
| Saldo de adiantamentos no início do período | 1.650.000,00 |
| (-) Adiantamentos legalizados durante o período (nº 002 e 003) | 1.380.455,41 |
| (-) Adiantamentos pendente de legalização | 186.792,98 |
| (+) Adiantamentos recebidos | 1.098.000,00 |
| (=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período | 1.180.751,61 |



6. Fundo Rotativo¹

Não se aplica.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo da República Federativa do Brasil, após a Alteração Contratual nº 1, assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.000.000,00, como contrapartida local. Em 31 de dezembro de 2015, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 602.169,07, equivalente a 8,60% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

No exercício de 2015 houve o desembolso no valor de US\$ 219.386,48 de recursos ordinários contrapartida (fonte 2100), ajuste este pendente de comprovação do exercício anterior, dando baixa total do valor executado.

Ainda no exercício de 2015, houve o desembolso no valor de US\$ 201.274,10 de recursos de operações de crédito externas (fonte 0148), ajuste este pendente de comprovação do exercício anterior, dando baixa total do valor executado.

Foi necessário realizar um ajuste no exercício anterior, para demonstrar os gastos em cada produto do Programa, apresentados em conformidade com as Solicitações de Desembolsos (Justificativas de Gastos). Tal ajuste, pode ser verificado no item "16. Outras Considerações / Esclarecimentos" desta nota explicativa.

9. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às disposições legais, sendo dado aceite aos valores executados até 31/12/2015, os bens estão devidamente inventariados; os serviços foram devidamente prestados conforme relação a seguir:

- Contrato Administrativo nº 13/2012 - Fundação Universidade de Brasília - FUB - "Prestação de serviços técnicos especializados para a realização de processo seletivo simplificado" – Fundamentado no inciso XIII, art. 24, Lei 8.666/93 – Dispensa de Licitação 02/2012. Os serviços foram devidamente prestados.
- Contrato Administrativo nº 86/2012 – Liberiun Technologies Sistema de Informação Ltda - "Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistema de informação, na modalidade Fábrica de Software"- PRISM-BRB2737. Pregão Eletrônico nº56/2012; fundamentado na lei 10.520//2002; Decreto 5.450/2005; Lei Complementar 123/2006; Decreto 3.722/2001; Decreto 2.271/1997; Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2010; Instrução Normativa SLTI.MP nº 02/2008; Decreto 6.204/2007; Lei 12.349/2010; Lei 12.440 2011 e Lei 8.666/93. Finalizado.

¹ Para aqueles projetos em que esta modalidade esteja vigente

- Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 23 de dezembro de 2013, cujo objeto é “Desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização do Patrimônio da União” – PRISM-BRB2373. Fundamentado na Portaria Conjunta nº 8, de 7 de novembro de 2012; Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24 de novembro de 2011; Portaria Conjunta nº 213, de 30 de junho de 2010; Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo Nº 2.580/OC-BR, Capítulo IV, Cláusula 4.03, item (b), inciso (v). Encontra-se em fase de execução. Houve aquisição de bens, porém a competência para realização do patrimoniamto, em virtude do termo de ajuste, é do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro.
- Nota de Empenho nº 43/2013- Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG – “Curso de Direito Imobiliário Registral Aplicado aos Bens Públicos”. Inexigibilidade nº 43; fundamentado no Inciso II, art. 25, combinado com inciso VI do art. 25 da Lei 8.666/93. Os serviços foram devidamente prestados.
- Contrato Administrativo nº 121/2014 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR10861 e o Contrato Administrativo nº 014/2015 – TOTVS S/A – “Prestação de serviços de consultoria para a realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas de melhoria, suporte e transferência de conhecimento” – PRISM-BR10997 - Registro de Preço nº 06/2014 fundamentado na lei 10.520//2002; Lei 8.666/93; Decreto 7.892/2013; Decreto 5.450/2005; Decreto 3.555/2000; Decreto 2.271/1997 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008. Esta em fase de execução.
- Contrato SAMF-DF nº 52/2014 – Pleimec Solution Comércio de Equipamentos Tecnológicos LTDA – EPP – “Aquisição de equipamentos e software para expansão e atualização de rede de videoconferência” – PRISM-BRB2738. Pregão Eletrônico nº 32/2013 fundamentado na lei 10.520//2002; Decreto Federal 3.931/01 e Lei 8.666/93. Esta em fase de execução. Os serviços foram devidamente prestados e os equipamento foram patrimoniados.
- Nota de Empenho nº 2015NE800008 de 27/11/2015- Processo SEI 04905.201203/2015-73 – Adesão a Ata de Registro de Preço Pregão 00155/2014 – Aquisição de Equipamentos Tipo Workstation. Houve aquisição de bens, porém o recebimento definitivo dos bens só ocorrerá no exercício de 2016.
- Termo de Execução Descentralizada nº 10/2015 de 10 de dezembro de 2015 - Parceria entre a SPU/MPOG e a Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF, para a realização de Concurso de Monografia, Inovação na Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – Inova SPU. Em fase de execução.





- o Basis Tecnologia da Informação S.A. - Adesão pela SPU à Ata de Registro de Preços nº 09/2015 (Pregão Eletrônico do MP nº 04/2015). Em fase de execução.

10. Categorias de Inversão

(Obs.: Detalhar por componente do projeto o que for aplicável e julgar necessário, complementar as demonstrações principais com maiores detalhes)

- Gastos Financeiros (Juros ou Fundo de Inspeção e Vigilância – FIV)

| PMG / SPU - PAGAMENTO DE COMISSÕES E JUROS | | | | | | |
|--|-------------|--------------------|---------------------|---------|----------------------|-----------------------|
| | Data | Valor em US\$ | | Cotação | Valor em R\$ | |
| | | Juros | Comissão | R\$ | Juros | Comissão |
| Projeto BID nº 2580/OC- BR | 16/11/2012 | \$0,00 | \$17.786,82 | 2,0848 | R\$ 0,00 | R\$ 37.081,96 |
| | 15/05/2013 | \$0,00 | \$18.623,74 | 2,0240 | R\$ 0,00 | R\$ 37.694,45 |
| | 13/11/2013 | \$0,00 | \$18.904,11 | 2,3235 | R\$ 0,00 | R\$ 43.923,70 |
| | 13/05/2014 | \$3.303,62 | \$17.883,90 | 2,2200 | R\$ 7.334,04 | R\$ 39.702,26 |
| | 13/11/2014 | \$9.442,07 | \$16.824,66 | 2,5900 | R\$ 24.454,96 | R\$ 43.575,87 |
| | 13/05/2015 | \$9.345,78 | \$16.550,34 | 3,0000 | R\$ 28.037,34 | R\$ 49.651,02 |
| | 16/11/2015* | \$9.936,62 | \$16.824,66 | 3,8740 | R\$ 38.494,47 | R\$ 65.178,73 |
| TOTAL | - | \$32.028,09 | \$123.398,23 | - | R\$ 98.320,81 | R\$ 316.807,99 |

(*) Obs.: A Portaria STN nº 427, de 12 de agosto de 2015, definiu os procedimentos de transferência das obrigações financeiras decorrentes dos contratos de dívida externa contratual da União, dos respectivos órgãos de origem, para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ou seja, a STN desde o dia 15/10/2015 é quem faz diretamente a administração do pagamento de juros e comissão de crédito decorrentes dos contratos de dívida externa contratual da União.

11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

| DESCRIÇÃO | BID | LOCAL | Em US\$ |
|--|--------------|-------------|--------------|
| | | | TOTAL |
| Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos) | 1.567.248,39 | 602.169,07 | 2.169.417,45 |
| Demonstrativo de Investimentos | 1.567.248,39 | 602.169,07 | 2.169.417,45 |
| Diferença | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.

Em US\$

| Categorias de Inversão | Demonstração de Investimentos | WLMS-1 Disbursed Amount | Diferença |
|--|-------------------------------|-------------------------|----------------------|
| 01.00.00-Modernização Processos e Dados | 873.357,54 | 699.210,85 | 174.146,69 |
| 02.00.00-Conhecimento Gestão Patrimônio | - | - | - |
| 03.00.00-Automatização Processos Gestão | 693.890,85 | 681.244,56 | 12.646,29 |
| 04.00.00-Gestão do Programa | - | - | - |
| 05.00.00-Avaliação Intermediária e Final | - | - | - |
| 06.00.00-Imprevistos | - | - | - |
| 86.00.00-Anticipo de Fondos | - | 1.367.544,59 | -1.367.544,59 |
| Total | 1.567.248,39 | 2.748.000,00 | -1.180.751,61 |

O valor de US\$ 186.792,98 (resultado da soma de US\$174.146,69 e US\$12.646,29) refletem os gastos ou pagamentos pendentes de apresentação ao Banco até 31/12/2015.

13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

(Obs.: Em caso de divergência apresentar os comentários / explicações correspondentes)

Em US\$

| DESCRIÇÃO | TOTAL |
|---|--------------|
| Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV) | 2.748.000,00 |
| WLMS - I (Disbursed Life) | 2.748.000,00 |
| Diferença | 0,00 |

Contingências

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos que contra a administração do Programa até data base de 31/12/2015, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.

14. Eventos Subsequentes

Não há registro de eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Projeto / Programa.

15. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não houve modificações que afetem o período em curso ou que reflitam nas demonstrações financeiras do período anterior, utilizados no presente relatório para fins de comparação.



16. Outras Considerações / Esclarecimentos

Analisando os gastos do Programa, foi verificado que a proposta de classificação por Planos Internos tem se mostrado eficaz, principalmente pelo alto grau de rastreabilidade dado no momento de prestação de contas. No entanto, foram identificadas falhas na classificação do Plano Interno de algumas despesas, demandando sua reclassificação para que se pudesse alocar corretamente cada gasto ao seu respectivo produto.

Dessa forma, faz-se necessário realizar uma ajuste no exercício anterior, conforme apresentado na tabela a seguir, para demonstrar os gastos em cada produto do Programa, apresentados em conformidade com as Solicitações de Desembolsos (Justificativas de Gastos):

Em US\$

| Categorias de Investimento | | Orçamento Vigente | | | Acumulado até o Exercício 2014 | | | Ajuste do Exercício Anterior | | |
|----------------------------|---|-------------------|--------------|--------------|--------------------------------|------------|--------------|------------------------------|------|--------------|
| | | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL | PROJETO | BID | APORTE LOCAL |
| 1 | Custos Diretos | 12.796.000,00 | 6.742.000,00 | 6.054.000,00 | 344.256,05 | 201.274,10 | 142.981,95 | -2.143,89 | 0,00 | -2.143,89 |
| 1.1. | Modernização dos processos e base de dados para caracterização dos imóveis da União | 6.670.000,00 | 2.695.000,00 | 3.975.000,00 | 9.878,43 | 0,00 | 9.878,43 | 25.152,62 | 0,00 | 25.152,62 |
| 1.2. | Geração de conhecimento para a gestão patrimonial | 1.035.000,00 | 517.000,00 | 518.000,00 | 103.721,54 | 0,00 | 103.721,54 | 2.385,47 | 0,00 | 2.385,47 |
| 1.3. | Automatização dos processos de gestão do patrimônio da União | 5.091.000,00 | 3.530.000,00 | 1.561.000,00 | 230.656,08 | 201.274,10 | 29.381,98 | -29.681,98 | 0,00 | -29.681,98 |
| 2 | Administração do Programa | 1.002.000,00 | 167.000,00 | 835.000,00 | 76.104,54 | 0,00 | 76.104,54 | 2.143,89 | 0,00 | 2.143,89 |
| 2.1. | Gestão do Programa | 946.000,00 | 111.000,00 | 835.000,00 | 76.104,54 | 0,00 | 76.104,54 | 2.143,89 | 0,00 | 2.143,89 |
| 2.2. | Auditoria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.3. | Avaliação intermediária e final | 56.000,00 | 56.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3 | Sem Alocação Específica | 202.000,00 | 91.000,00 | 111.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3.1. | Imprevistos | 202.000,00 | 91.000,00 | 111.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| A | Subtotal | 14.000.000,00 | 7.000.000,00 | 7.000.000,00 | 420.360,59 | 201.274,10 | 219.086,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Brasília, 14 de março de 2016.


Hélio Costa Ferreira Júnior
Coordenador Administrativo-Financeiro

De acordo,


Claudson Moreira Santos
Coordenador - Geral do Programa PMG/SPU



DECLARAÇÃO DA GERÊNCIA DO PROJETO

Data: 14/03/2016

Destinatário: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Esta declaração da gerência é fornecida em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, BID nº 2580/OC-BR para o ano findo em 31 de dezembro de 2015.

Confirmamos que:

- Durante o ano de 2015 cumprimentos as cláusulas do Contrato de Empréstimo.
- Concebemos e implementamos o sistema de controle interno do Programa de acordo com as diretrizes de nossas normas locais, as quais são consistentes com os critérios definidos pelo COSO. Igualmente, confirmamos que o referido sistema de controle foi eficaz para as operações do período.
- As ações de mitigação resultantes da aplicação da Guia de Gestão de Riscos em Projetos (GRP) do Banco foram implementadas segundo os cronogramas e datas de resultado acordados com o BID.
- Os gastos realizados com recursos do Banco foram efetuados conforme os propósitos especificados no Contrato de Empréstimo.

CLAUDSON MOREIRA SANTOS

Coordenador-Geral do Programa



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

RELATÓRIO Nº: 201505391

UCI: SFC/DE/CGCON - Coordenação-Geral de Contas do Governo

EXERCÍCIO: 2015

UNIDADE AUDITADA: PROJETO SPIRALIS DE MODER.DO PAT. IMOB. UNIAO

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201505391, e consoante o estabelecido na Seção VII do Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMGPU/SPU, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo 2580/OC-BR, executado sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), durante o exercício de 2015.

II – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora, em Brasília/DF, no período de 08/03/2016 a 14/03/2016, em estrita observância às normas de auditoria da CGU, às normas brasileiras e internacionais de Auditoria e aos requisitos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo como objetivo verificar:

a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;



- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e com a legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas.

Foram selecionadas para análise as despesas realizadas no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerando o universo de pagamentos constantes do SIAFI no exercício de 2015, de acordo com os critérios a seguir indicados:

- a) Diárias e Passagens: foram selecionados aleatoriamente 41,37% dos gastos com diárias e passagens.
- b) Aquisição de Bens, Obras e Serviços: foram selecionadas aleatoriamente 97,46% das despesas com aquisições de bens, obras e serviços;
- c) Contratação de Serviços de Consultoria: foram selecionados aleatoriamente 96,53% dos gastos realizados nesta categoria.
- d) Gerenciamento de Bens Patrimoniais: a inspeção física dos bens adquiridos pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro foi realizada pelo Centro de Controle Interno do Exército, cujos resultados estão expressos no Parecer de Auditoria nº 030 – 2015/SAGEF/CCIEEx, em anexo.
- e) Gerenciamento de Recursos Descentralizados: a análise dos gastos descentralizados ao Ministério da Defesa por meio do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 27/12/2013, foi realizada pelo Centro de Controle Interno do Exército, cujos resultados estão expressos no Parecer de Auditoria nº 030 – 2015/SAGEF/CCIEEx, em anexo.

Foi dado conhecimento formal dos resultados do presente trabalho de auditoria à direção do Projeto, cuja manifestação foi incorporada ao presente Relatório de Auditoria.



III – RESULTADO DOS EXAMES

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 BID

1.1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Baixa Execução Físico-Financeira do Programa

Fato

O Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMGPU tem como principal objetivo promover um melhor aproveitamento do potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, por meio do fortalecimento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O PMGPU está estruturado em três componentes, que coincidem com seus objetivos específicos, quais sejam:

Componente 1 - Modernização dos Processos e Base de Dados para Caracterização dos Imóveis da União.

Componente 2 – Geração de Conhecimento para a Gestão Patrimonial.

Componente 3 – Automatização dos Processos de Gestão do Patrimônio da União.

Para o atingimento dos objetivos propostos, foram previstos recursos da ordem de US\$ 14.000.000,00, sendo US\$ 7.000.000,00 provenientes do financiamento externo e US\$ 7.000.000,00 de contrapartida nacional, conforme alteração contratual ocorrida em novembro de 2015.

Após a referida alteração contratual, o quadro de custos constante do Anexo Único do Contrato de Empréstimo nº 2580/OC-BR passou a vigorar com a seguinte redação:

Custo e Financiamento (em US\$ mil)

| CATEGORIAS | Banco | Local | TOTAL |
|--|--------------|--------------|---------------|
| 1 – Custos Diretos | 6.742 | 6.054 | 12.796 |
| 1. Modernização dos Processos e Base de Dados para Caracterização dos Imóveis da União | 2.695 | 3.975 | 6.670 |
| 2. Geração de Conhecimento para a Gestão Patrimonial | 517 | 518 | 1.035 |
| 3. Automatização dos Processos de Gestão do Patrimônio da União | 3.530 | 1.561 | 5.091 |
| 2 – Administração do Programa | 167 | 835 | 1002 |
| 1. Gestão do Programa | 111 | 835 | 946 |
| 2. Auditoria | 0 | 0 | 0 |
| 3. Avaliação intermediária e final | 56 | 0 | 56 |
| 3 – Sem Alocação Específica | 91 | 111 | 202 |



| | | | |
|--------------------|--------------|--------------|---------------|
| 1. Imprevistos | 91 | 111 | 202 |
| TOTAL | 7.000 | 7.000 | 14.000 |
| PERCENTAGEM | 50% | 50% | 100% |

Até a data de 31 de dezembro de 2015, foram desembolsados junto ao Banco recursos da ordem de US\$ 2.748.000,00, equivalentes a 39,26% do valor previsto para o financiamento, e aplicados US\$ 793.641,52 em investimentos custeados com recursos da contrapartida nacional, equivalentes a 11,34% do montante previsto para tal.

O Projeto teve início em 26 de março de 2012, data da assinatura do Contrato de Empréstimo, com previsão de término para o dia 26 de março de 2017, prazo inicial de cinco anos de duração, sendo, entretanto, aprovada a prorrogação do prazo para desembolso dos recursos do financiamento até o dia 26 de março de 2018.

Houve grande reestruturação do Programa no exercício de 2015, o qual resultou na exclusão e na inclusão de produtos e, ao final dessa reestruturação, o PMGPU apresentou o seguinte panorama de execução físico-financeira:

| Produto/Subproduto | Unidade de Medida | Execução Física (%) | Execução Financeira (%) | Observação |
|--|----------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| 1.1. Modelo único de cadastro e norma de demarcação implantados. | Modelo | 0,00 | 1,42 | Produto Reformulado |
| 1.2. Cartografia da SPU padronizada. | Banco de Dados | 100,00 | 100,00 | - |
| 1.3. Escala de identificação cartográfica ampliada. | Imóveis | 0,00 | 0,00 | - |
| 1.5. Cartografia catalogada e convertida. | Produto Cartográfico | 0,00 | 0,00 | Produto Novo |
| 1.6. Levantamento aerofotogramétrico piloto realizado. | Km ² | 0,00 | 0,00 | Produto Novo |
| 2.1. Proposta de aperfeiçoamento da contabilidade patrimonial consolidada. | Norma | 100,00 | 0,00 | - |
| 2.5. Imóveis próprios no DF, RJ e SP certificados. | Imóvel | 0,00 | 0,00 | - |
| 2.7. Proposta de modelo de regularização de registro cartorial de bens imóveis da União consolidada. | Normativo | 0,00 | 100,00 | - |
| 3.1. Plano de Gestão da Informação implantado. | Plano | 100,00 | 100,00 | - |
| 3.2. Mapeamento de processo atualizado. | Processo | 4,35 | 18,91 | - |
| 3.3. Sistema informatizado desenvolvido. | Módulo | 0,00 | 0,00 | - |
| 3.4. Documentos históricos digitalizados (Projeto Acervo). | Imagem Publicada | 0,00 | 0,13 | - |
| 3.5. Pontos de videoconferência implantados. | Ponto | 110,71 | 100,00 | - |
| 4.1. Gestão do Programa | US\$ | 0,00 | 17,09 | - |





Os seguintes produtos não tiveram execução físico-financeira e foram excluídos após a reestruturação do Programa:

- 1.4. Base de Dados de Imóveis Depurada.
- 2.2. Novos Modelos de Negócios e Estudos.
- 2.3. Estudo de Metodologia de Avaliação de Bens Públicos Federais Realizado.
- 2.4. Estratégia de Racionalização da Utilização dos Imóveis Destinados à APFR Implantada.
- 2.6. Diretriz para Compartilhamento de Informação Patrimonial com Estados e Municípios Desenvolvida.
- 2.8. Proposta de Modelagem Conceitual dos Bens da União Desenvolvida.
- 3.6. Ramais de Telefonia IP Implantados.

A Unidade Auditada, por meio da Nota Técnica nº 4192/2016-MP, de 31 de março de 2016, apresentou as seguintes justificativas para a baixa execução físico-financeira do Programa:

1. Em primeiro lugar, convém assinalar que a SPU vem intensificando gradativamente seus esforços no sentido de aprimorar a execução e gestão do PMGPU com vistas a garantir o cumprimento dos objetivos deste, principalmente a partir do ano de 2015, quando diversas ações estruturantes do programa tiveram início efetivo. Se por um lado o órgão reconhece o enfrentamento de dificuldades iniciais na execução do Programa, em grande parte atribuídas a própria complexidade e abrangência técnica dos projetos nele inseridos, igualmente reconhece, por outro lado, a evolução dos resultados e da própria importância que vem ganhando dentro da instituição.

2. Quanto aos motivos anteriores que ocasionaram atrasos na execução do Programa, é possível elencar os seguintes:

- *Tempo requerido para montagem da equipe da Unidade de Coordenação do Programa – UCP, tendo em vista a necessidade de contratação de temporários mediante Processo Seletivo Simplificado, somente homologado em dezembro de 2013;*
- *Complexidade dos projetos e articulação institucional requerida para viabilização destes, a exemplo (a) do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40/2013 com o Ministério da Defesa, tendo por objeto o desenvolvimento de infraestrutura de dados geoespaciais; (b) dos serviços de mapeamento dos processos finalísticos do órgão; (c) do desenvolvimento do sistema integrado de gestão patrimonial; e (d) da certificação cadastral dos bens imóveis de uso especial;*
- *Retardamento na resolução de problemas de natureza operacional por parte das áreas específicas do MP, em especial nas áreas ligadas à contratação, ateste de disponibilidade orçamentária e execução financeira;*
- *Mudanças no corpo diretivo da SPU, que exigiram períodos necessários de análise do Programa visando à compreensão de suas propostas de intervenção e o alinhamento às diretrizes de gestão, repercutindo em seu ritmo de execução;*
- *Dificuldade inicial de envolvimento das áreas finalísticas do órgão em razão do crescente quantitativo de processos/demandas, associado à insuficiência de pessoal qualificado para especificação e supervisão dos projetos do Programa;*

- *Variação cambial. Durante as etapas de planejamento do programa (Carta Consulta, datada de junho de 2009, e Proposta de Desenvolvimento da Operação, datada de agosto de 2010) as estimativas de custos de cada projeto foram elaboradas com base em uma cotação do dólar de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), atualmente flutuando em torno de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos). Com isso, em que pese a inflação acumulada durante os últimos anos, o que se tem observado é que as contratações já realizadas, em geral, apresentam valores de execução inferiores ao planejado originalmente.*
- *Encadeamento e interdependência dos projetos integrantes do Programa, impossibilitando a execução simultânea dos mesmos como forma de compensação do atraso inicial. São exemplos os projetos de desenvolvimento da infraestrutura de dados geoespaciais, o mapeamento de processos e o desenvolvimento do novo sistema integrado.*
- *Complexidade dos projetos e articulação institucional requerida para viabilização destes, a exemplo (a) do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40/2013 com o Ministério da Defesa, tendo por objeto o desenvolvimento de infraestrutura de dados geoespaciais; (b) dos serviços de mapeamento dos processos finalísticos do órgão; (c) do desenvolvimento do sistema integrado de gestão patrimonial; e (d) da certificação cadastral dos bens imóveis de uso especial.*

3. Importante informar que, como estratégia de enfrentamento dos problemas apontados, diversas medidas foram adotadas pela SPU, dentre elas a formalização do 1º Aditivo ao Contrato de Empréstimo 2580/OC-BR, que reduziu o seu custo total e prorrogou em um ano o prazo final de desembolso. Nessa oportunidade foi revisado o planejamento do Programa (projetos, produtos, custos e prazos), o que foi feito levando em conta a reconsideração das suas prioridades, as limitações orçamentárias, assim como a capacidade operacional e maturidade técnica do órgão. Nesse sentido, optou-se por envidar esforços na integração e conclusão de projetos considerados fundamentais para o alcance dos objetivos do PMGPU como um todo, com eliminação ou redução de escopo de projetos/ações dependentes da infraestrutura a ser implantada no âmbito do próprio Programa.

Observamos que o Projeto apresenta baixa execução físico-financeira. Contudo, a Unidade Examinada vem tomando as medidas cabíveis, como, por exemplo, a revisão do planejamento do Programa e a formalização do 1º Aditivo ao Contrato de Empréstimo 2580/OC-BR.

1.1.2 Acompanhamento de Recomendações da CGU

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Atendimento de Recomendações da CGU

Fato

Foram apresentadas, pela direção do projeto, as providências relativas às recomendações formuladas pela CGU no exercício de 2015, sendo o resultado da análise procedida pela equipe de auditoria apresentado a seguir:

Relatório 201500069, recomendações constantes dos itens 1.1.1.2 e 1.1.2.2 relativo ao exercício de 2014:

Recomendação 01

Apresentar Plano de Ação, contemplando as ações em execução e as prioridades para a conclusão no exercício de 2015, acompanhadas do estágio de implementação, se possível em percentuais, e o diagnóstico quanto ao atingimento dos objetivos. Para aquelas ações que não forem objeto de conclusão em 2015, informar o estágio de implementação, se possível em percentuais, com a expectativa de conclusão.

Providências adotadas pelo Projeto

- Realização de Reunião Técnica, em 14 de maio de 2015 com a participação da UCP e do BID, com a finalidade de revisar o processo de execução do programa e discutir os temas relevantes, incluindo, entre outros temas, o marco de resultados, os mecanismos de execução e a modalidade de supervisão do Projeto por parte do Banco. Esta reunião foi de grande importância para:

- (i) Identificar e analisar o alcance dos resultados dos principais instrumentos de seguimento do Programa (Informes Semestrais, Planos Operativos Anuais, Planos de Aquisições e o Relatório de Monitoramento de Progresso),
- (ii) Medir os avanços do programa;
- (iii) Identificar e avaliar problemas que ocasionam atrasos na execução do cronograma;
- (iv) Revisar o plano orçamentário para o ano de 2015, e
- (v) **Elaborar plano de ação para superar as dificuldades de execução identificadas**, como resultado deste evento foi elaborado a **Ajuda Memória da Reunião Técnica**, correspondente ao Anexo 7 (1472503).

Nesta ocasião, a equipe da UCP fez uma apresentação detalhada de proposta de cancelamento parcial do financiamento, devido, entre outras razões, apreciação substancial da taxa de câmbio Dólar/Real. Ações desenvolvidas com recursos próprios fora do financiamento, ajuste fiscal do governo federal impactando os limites orçamentários da agência executora, soluções tecnológicas previstas originalmente no programa que ficaram obsoletas e mudanças de prioridades da SPU. Fez, também, a apresentação ao Banco de todos os instrumentos de supervisão do Programa, quais sejam:

- (i) Relatório de Monitoramento do Projeto (PMR);
- (ii) Plano Operativo Anual (POA),
- (iii) Plano de Aquisições,
- (iv) Relatório Semestral de Progresso; e
- (v) Demonstrativos Financeiros do Programa.

Submissão, em julho de 2015, da proposta de cancelamento parcial do financiamento ao Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos - GTEC/COFIEX/MPOG, que a aprovou e encaminhou à Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União/PGFN, a Recomendação nº 04/0263 de 22 de julho de 2015. Em 7 de outubro de 2015 a Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União/PGFN aprovou a Alteração nº 1 ao Contrato de Empréstimo BID nº 2580/OC-BR - Anexo 8 (1472520). O Aditivo contratual

foi assinado em 13 de novembro de 2015 - Anexo 9 (1472540).

Ajuste e detalhamento dos produtos do Programa, por componente, contemplando as ações em execução e as prioridades para conclusão no exercício de 2015, levando em conta o cancelamento parcial dos recursos e a prorrogação do prazo de desembolso.

Ainda em relação às ações de execução e às prioridades para a conclusão das ações previstas para o exercício de 2015 informa-se que foi executado 99.95% do orçamento previsto na LOA 2015, refletindo o empenho do Programa em cumprir as metas estabelecidas e ajustadas a realidade fiscal para o exercício.

Análise da CGU

Atendido.

Recomendação 02

Criar indicadores de desempenho que sejam examináveis e objetivos de forma a possibilitar um melhor acompanhamento da execução e dos resultados do Programa.

Providências adotadas pelo Projeto

- (i) O Programa contém em suas peças de planejamento, indicadores de desempenho para fins de acompanhamento da execução e dos resultados do Programa (PMR-Anexo 2 (1472439). Tais documentos, contudo, encontram-se em fase de validação pelo BID, tendo em vista as alterações contratuais promovidas.
- (ii) Importante informar ainda que a UCP pretende revisar os indicadores existentes por ocasião da avaliação intermediária do Programa, cujo consultor individual encontra-se em fase de contratação.
- (iii) Por fim, convém sinalizar que com a formalização do pleito e o redesenho do Programa, a UCP passa a utilizar também, como documento de controle, a tabela "Produtos e Subprodutos de PMG" – Anexo 5 (1472481), contendo as ações, seus valores e os indicadores de execução de cada produto e subproduto do Programa, por componente.

Análise da CGU

Pendente de atendimento sem impacto na gestão.

Recomendação 03:

Implementar estrutura adequada de pessoal para o desenvolvimento do Programa.



Providências adotadas pelo Projeto

- (i) Convocação dos candidatos aprovados e não convocados para as vagas remanescentes da seleção simplificada para contratação de temporários realizada pelo Ministério em 2013, medida que não logrou êxito, tendo em vista a não manifestação de interessados, salvo um candidato que não pode tomar posse por não cumprir os requisitos do edital do concurso;
- (ii) Designação dos coordenadores dos componentes do Programa, quais sejam: Matrícula SIAPE n° 1554811, mediante a Portaria SPU n° 195, 04/11/2015; Matrícula SIAPE 2086717, mediante a Portaria SPU n° 17, de 7 de março de 2016; e Matrícula SIAPE 1361864, mediante a Portaria SPU n° 17, de 7 de março de 2016;
- (iii) Alocação de duas novas técnicas na Unidade de Coordenação do Programa;
- (iv) Integração (inclusive física) das equipes da UCP/PMG e da Coördenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTEC) no gerenciamento dos projetos de TI integrantes do Programa, assumindo esta última unidade a coordenação tecnológica e de infraestrutura do sistema unificado;
- (v) Obtenção de apoio técnico da Diretoria de Tecnologia de Informação da Secretaria Executiva (DTI/SE), mediante a designação de analistas da unidade para liderança técnica dos serviços de desenvolvimento dos módulos do sistema unificado.

Análise da CGU

Atendido.

Recomendação 04

Implementar plano de contingência com objetivo de tratar dos riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos e metas do projeto.

Providências adotadas pelo Projeto:

Em 7 de maio de 2015 foi realizado o "Seminário de Gestão de Risco" com a participação de representantes da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo foi identificar, através do intercâmbio de ideias e experiências sobre a execução do Programa, aqueles riscos capazes de afetar a obtenção dos produtos e a consecução dos resultados e impactos esperados das intervenções Além disso, como parte das atividades do Seminário, foi definido um plano de ação de mitigação dos mesmos. Como resultado deste evento foi elaborado a Ajuda Memória do Seminário de Gestão de Riscos e a Matriz de Riscos do Programa.

Análise da CGU:

1.1.3 Avaliação de Controles Internos

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Necessidade de Acompanhamento e Revisão Periódica do Programa

Fato

O Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMGPU é executado pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, com o apoio administrativo, financeiro e de aquisições da Diretoria de Administração - DIRAD, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério.

A Portaria SPU nº. 313/2011 instituiu o Grupo Estratégico, o qual é composto pelos seguintes membros: Secretária Nacional do Patrimônio da União; Secretários-Adjuntos do Patrimônio da União; Chefe de Gabinete da SPU; Diretor do Departamento de Caracterização do Patrimônio; Diretor do Departamento de Destinação Patrimonial; Diretor do Departamento de Incorporação de Imóveis; Diretor do Departamento de Gestão de Receitas Patrimoniais; Coordenador-Geral de Gestão Estratégica; e Coordenador-Geral do Programa.

A referida Portaria também instituiu o Grupo de Coordenação do Programa, que é composto pelos seguintes membros: Coordenador-Geral do Programa; Coordenador do Competente I; Coordenador do Componente II; Coordenador do Componente III; e Coordenador Administrativo-Financeiro.

Também fazem parte da equipe do Programa dois servidores do MP da carreira de Analista em Tecnologia da Informação, dois empregados com vínculos temporários contratados por meio de processo seletivo simplificado e uma terceirizada, que exerce a função de secretária.

A Portaria SPU nº 120/2015 designou novo Coordenador-Geral para o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - PMGPU.

Observamos, assim, que ao longo do exercício de 2015 a UCP vem adequando a estrutura gerencial dos controles internos do Programa, conforme já destacado no item 1.2.1 deste Relatório, que tratou da análise do atendimento das recomendações desta Controladoria, especialmente quanto às recomendações 03 e 04.

Tal fato inclusive é corroborado pelo Relatório de Auditoria 201505131, elaborado pela Coordenação Geral de Auditoria das Áreas de Planejamento, Orçamento e Gestão - CGPOG, que apresentou a seguinte informação:

Em 04/09/2015, por meio da Portaria nº 195, designou-se uma servidora como Coordenadora do Componente I. No entanto, a despeito da reformulação do PMGPU, com redução do escopo de diversos projetos/ações, o Coordenador-Geral permanece acumulando as funções de Coordenador dos Componentes II e III, contando com o auxílio de apenas dois servidores temporários, um permanente, e uma secretária. Como

Coordenador Administrativo-Financeiro atua um servidor da Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva do MP.

Em manifestação à Solicitação de Auditoria, a Unidade informou, em 03/11/2015, que as figuras de Coordenadores dos Componentes II e III continuarão sendo exercidas cumulativamente pelo Coordenador-Geral do Programa, dentre outras, em razão da crescente demanda das áreas finalísticas, associado à insuficiência de pessoal nas respectivas unidades, inviabilizando modelo que envolva servidores não alocados na UCP na coordenação de projetos do Programa.

No entanto, em resposta ao Relatório Preliminar de Auditoria, a Secretaria ressaltou que a partir do final de 2015 iniciaram-se medidas quanto à estruturação da UCP, adotando-se como estratégia não só o reforço quantitativo do quadro técnico da unidade, mas também a implementação de ações de articulação intra e interinstitucional voltadas à ampliação da capacidade de gestão da UCP.

Dentre as medidas, destacou-se:

- Designação dos coordenadores dos componentes II e III, mediante a Portaria SPU nº 14 de 07/03/2016;
- Alocação de um analista de tecnologia da informação na UCP;
- Integração (inclusive física) das equipes da UCP e da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTEC) no gerenciamento dos projetos de TI integrantes do Programa, assumindo esta última unidade a coordenação tecnológica e de infraestrutura do projeto de desenvolvimento do sistema unificado;
- Viabilização de suporte técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva do MP para gerenciamento do projeto, dentre outras ações, mediante designação de analistas da unidade para liderança técnica e supervisão dos serviços de desenvolvimento dos módulos do sistema unificado;
- Promoção do envolvimento/participação das áreas finalísticas no acompanhamento da execução dos projetos integrantes do Programa.

Salienta-se que a designação dos coordenadores dos componentes do PMGPU faz cumprir o disposto na Portaria nº 313 SPU, de 27/10/2011. Ademais, medidas de integração entre as áreas da SPU e, inclusive, com outras áreas do Ministério, ampliam a capacidade operacional da UCP.

Registra-se que, por meio da Portaria nº 204, de 12/11/2015, a SPU instituiu Grupo de Trabalho a fim de coordenar, fornecer subsídios e validar o modelo de cadastro único de bens imóveis públicos federais, em construção com a cooperação do Exército Brasileiro. Deste modo, impende atuação efetiva da alta direção da Secretaria com vistas à designação dos membros que formarão o GT, que deverá ser integrado por onze servidores da SPU, inclusive, com representantes das unidades estaduais, bem como viabilizando todos os meios que se fizerem necessários para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

Dessa forma, a Unidade Auditada está tomando medidas administrativas para que o Programa disponha de pessoal administrativo e técnico suficiente, conforme recomendação anterior desta CGU.

Quanto à gestão de riscos, o Relatório da CGPOG apresenta a seguinte informação:

Conforme já descrito, sob orientação do BID, realizou-se, em 07/05/2015, um Seminário de Gestão de Risco do Programa, com o objetivo de identificar, por meio de intercâmbio de ideias e experiências sobre a execução do PMGPU, os riscos que possam afetar a

obtenção dos produtos e a consecução dos resultados, definindo um plano de ação de mitigação dos mesmos.

Com base no impacto e probabilidade, os riscos foram classificados nos níveis baixo, médio e alto, criando-se uma matriz de mitigação de riscos (doc. "Plano de Gestão de Riscos").

Assim, com o propósito de minimizar as perdas decorrentes de atrasos na execução do Programa, algumas ações foram adotadas pela Unidade, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro: Gerenciamento de riscos

| Risco | Ação Planejada | Ações Executadas |
|--|---|--|
| Baixo envolvimento do corpo diretivo | Intensificar as reuniões de acompanhamento e monitoramento junto ao corpo diretivo | Instituição de pontos de controle mensais do Grupo Estratégico |
| Variação cambial | Monitoramento da execução do Programa (valor planejado x valor executado) | Acompanhamento dos relatórios mensais do SIAFI Cancelamento parcial dos recursos (financiamento e contrapartida) |
| Contingenciamento orçamentário, com redução de recursos. | Priorizar os recursos destinados ao Programa | Ampliação da comunicação dos benefícios do Programa |
| Dotação insuficiente de pessoal qualificado na SPU para novas atividades | Priorizar a utilização de recursos da fonte BID Contratação de servidor temporário para atuar no Programa | Revisão do Plano Operativo Anual e do Plano de Aquisição para priorização da fonte BID Alienação para fonte 148 da 2ª parcela do Acordo com o Exército Convocação dos aprovados no concurso para preenchimento das vagas remanescentes |
| Dificuldade da unidade administrativa (DIRAD e DIPLA) em realizar as contratações | Estruturação da UCP conforme previsto no contrato Alocar recursos da própria SPU na UCP | Revisão da estrutura da UCP considerando a revisão do escopo Alocação de nova servidora na UCP (Cárita Sampaio) |
| Dependência de outras entidades para execução de projetos previstos no Programa | Promover articulação institucional com entidades e órgãos parceiros | Intensificação das reuniões técnicas entre a UCP e a DIRAD |
| Problemas decorrentes da parceria com o Exército na coordenação/desenvolvimento do novo Sistema | Garantir a participação de servidores da SPU junto ao Exército Considerar no contrato o compromisso de transferência tecnológica | Articulação de parceria com a Diretoria de Serviços Geográficos do Exército: IRIB; Unb e DTI/SE Designação de servidores da UCP para liderança de projetos desenvolvidos no âmbito da parceria Prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica para transferência tecnológica |
| Mudanças de governo a partir de janeiro de 2015 Resistência dos servidores ao uso dos produtos gerados Falta de coordenação adequada entre o órgão central e as superintendências Dificuldade para aprovação de eventuais mudanças normativas | Não foram identificadas propostas de atuação | Ampliação e intensificação das ações de comunicação e sensibilização (Boletim Moderniza SPU; criação de página do Programa no Portal do Ministério do Planejamento) Criação de GT para modelagem do cadastro único de imóveis públicos federais, envolvendo representantes das unidades estaduais da SPU Articulação de parceria com a ESAF para realização do 1º Prêmio Inova SPU Realização de enquête para avaliação da comunicação do Programa e coleta de contribuições para revisão |

| Risco | Ação Planejada | Ações Executadas |
|-------|----------------|------------------|
| | | do escopo |

Fonte: Idoc. "Apresentação do PMGPU à CGU" - hipótese de planejamento em função de resultados de autoavaliação e medição de riscos do gerenciamento do projeto.

*vermelho (riscos de nível alto); amarelo (médio); verde (baixo)

Ressalta-se que a coordenação do PMGPU adotou medidas para que os objetivos do Programa sejam atingidos. Não obstante, faz-se necessário que a Unidade monitore a implementação do plano de mitigação de riscos, instituindo controles e avaliações periódicas e analisando o impacto que as respostas obtidas terão sobre os riscos, ou seja, sua efetividade.

Das ações apresentadas no quadro "Gerenciamento de Riscos", acima descrito, cabe informar que o Programa decidiu não realizar o Prêmio Inova SPU, conforme descrito na Nota Técnica nº 5271/2016-MP, de 20 de abril de 2016. As demais ações previstas no referido quadro mantém previsão de realização pela Unidade Auditada.

Dada a complexidade do Projeto, sujeito a vários riscos com o potencial de prejudicar o atingimento de seus objetivos, é pertinente que a UCP monitore a implementação do plano de mitigação de riscos, instituindo controles e reavaliações periódicas, analisando o impacto desses riscos sobre o desempenho do Programa, conforme destacado no relatório da CGPOG.

Ressaltamos, assim, que, de forma geral, o PMGPU melhorou suas estruturas de controles internos, o que pode ser suportado pelo resultado da aplicação pela equipe de auditoria do questionário "Auto Avaliação da Estrutura de Controles Internos do Projeto", o qual a UCP avaliou, em média, como parcialmente válidos (conceito 4), significando que, de uma forma geral, os quesitos são aplicados no contexto do PMGPU.

1.1.4 Avaliação e Monitoramento Externo

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Inexistência de Recomendação Pendente de Atendimento

Fato

Constatamos a existência de recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), Acórdão nº 1882/2016- 2ª Câmara, e de um questionamento da Procuradoria do Distrito Federal, conforme tabela abaixo:

| Nº do Acórdão/Decisão | Item do Acórdão/Decisão e Descrição da Determinação | Providências adotadas pelo projeto | Status de Atendimento* |
|-----------------------|---|--|------------------------|
| 1882/2016- 2ª Câmara | Encaminhe ao TCU no prazo de 30 dias, plano de ação contendo todos os subprodutos a serem entregues até o final do prazo previsto para a execução financeira do contrato de empréstimo 2.580/OC-BR, e dar-lhe ciência das | Ofício 17192/2016 que encaminha a Nota Técnica 4218/2016 em resposta ao TCU. | Atendido. |

| | | | |
|---|---|---|-----------|
| | impropriedades constatadas na gestão daquele ajuste. | | |
| Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Distrito Federal – 3º Ofício de Atos Administrativos (Ofício nº 4099/2015/PRDF/AC, de 02/06/2015) | Preste esclarecimentos sobre o uso de recursos do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento para os objetivos abaixo, com o envio da documentação pertinente: modernizar os processos e bases de dados para a caracterização dos imóveis da União; gerar conhecimento para a gestão patrimonial; e automatizar os processos de gestão do patrimônio da União. | Resposta na Nota Técnica nº 302/UCP-PMGPU/GAB/SPU-MP. | Atendido. |

Nossos exames incluíram ainda a verificação sobre a existência, no exercício auditado, de recomendações decorrentes de missões de monitoria ou avaliação do Banco e/ou SEAIN/MP. Como resultado de nossa análise, não constatamos a existência de recomendações ou orientações pendentes de implementação por parte da agência executora do projeto.

1.1.5 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Adequado cumprimento das Cláusulas Contratuais

Fato

Verificamos o adequado cumprimento, pela Agência Executora do Projeto, das cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial do Contrato de Empréstimo.

1.1.6 Comprov. de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Adequabilidade dos Pedidos de Desembolso

Fato

Analisamos os pedidos de desembolso nº 02 e 03, apresentados ao Banco durante o exercício objeto de nossos exames, bem como o pedido nº 06, pendente de apresentação ao BID até 31/12/2015, e, por amostragem, de forma integrada aos respectivos processos de aquisição e pagamento, as despesas neles informadas, sendo constatado que essas despesas:

- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;

- ii) tiveram sua conversão para moeda da operação efetivada corretamente;
- iii) são elegíveis para alocação ao programa e para financiamento do Banco, conforme o caso;
- e.
- iv) foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do Programa.

1.1.7 Demonstrações Financeiras

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Demonstrações Financeiras adequadas

Fato

Da análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto, verificamos que as mesmas foram devidamente formalizadas e refletem, em seus aspectos mais relevantes, os aportes de recursos e a execução das despesas em conformidade com as categorias de gastos e componentes programáticos do Projeto.

Verificamos ainda, em virtude dos valores consolidados nessas demonstrações, que a execução orçamentária do Projeto foi feita em observância aos limites de despesa fixados no Contrato de Empréstimo.

1.1.8 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Conformidade dos Gastos com Diárias e Passagens

Fato

Verificamos, por amostragem, que as despesas relacionadas à concessão de diárias se deram em cumprimento de atividades exclusivas do projeto, estando os valores e os critérios de concessão de acordo com as regras aplicáveis.

1.1.9 Gerenciamento de Recursos Descentralizados

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Adequação dos Controles Mantidos pela UCP Quanto à Prestação de Contas dos Recursos Repassados a Entidades Co-Executoras

Fato

Firmado no exercício de 2013, o Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito – TC nº 40/2013, de 27/12/13, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro/Ministério da Defesa –



DEC/MD, teve prosseguimento no exercício de 2015. O objetivo desta parceria é o desenvolvimento da infraestrutura geoespacial do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.

Verificamos que em 30/11/2015 foi apresentada a 1ª Prestação de Contas (parcial), compreendendo o período de execução entre 27/12/2013 e 31/10/2015. Durante o exercício de 2015 houve o repasse de R\$ 1.818.339,65 ao DEC, que somado às transferências realizadas no exercício anterior, no valor de R\$ 2.367.828,23, totalizou a importância de R\$ 4.186.167,88. As despesas pagas somaram R\$ 3.842.817,31, restando um saldo financeiro no DEC/MD de R\$ 343.350,57.

Os valores expressos no parágrafo anterior foram ratificados também pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de despacho devidamente fundamentado com os registros do SIAFI.

A referida Prestação de Contas foi aprovada pela coordenação do Projeto, sendo formalizado um Termo de Entrega Parcial do Objeto, cujo teor contempla a discriminação dos serviços realizados, atestados e pagos, conforme a seguir resumido: Plano de Projeto; Prova de Conceito; Metodologia de Desenvolvimento; Ambiente de Desenvolvimento Disponibilizado; Modelo de Dados das Entidades Cartográficas; Serviços de Imagem; Cache de Geoserviços Externos; Visualizador de Dados Geoespaciais (versão 1); Modelo de Dados das Entidades Cartográficas I; Visualizados de Dados Geoespaciais (versão 2); Elaboração da ET-ADGV; Visualizador de Dados Geoespaciais (versão 3); Cadastro de Imóveis (versão 1); e Integração com os Legados (versão 1).

Em 22/10/2015 houve a assinatura do 1º Termo Aditivo ao TC nº 40, prorrogando sua vigência para 01/01/2017.

Verificamos, por amostragem, que os controles mantidos pela coordenação do projeto quanto à seleção, execução e prestação de contas relativas aos recursos repassados a entidades co-executoras, em seus aspectos mais relevantes, são adequados e referem-se a atividades previstas no Contrato de Empréstimo.

1.1.10 Aquisição de Bens, Obras e Serviços

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Adequação do Procedimento de Pagamento pela Aquisição de Bens Patrimoniais

Fato

Verificamos, por amostragem, de forma integrada, os processos de aquisição e pagamento de bens, obras e serviços realizados com recursos do projeto, sendo constatado, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de pagamento foram realizados em

observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Verificamos ainda que as aquisições realizadas correspondem a atividades elegíveis ao projeto e contribuem efetivamente para o alcance dos objetivos pactuados.

1.1.11 Contratação de Consultorias

1.1.11.1 INFORMAÇÃO

Conformidade dos Processos de Contratação de Serviços de Consultoria

Fato

Verificamos, por amostragem, de forma integrada, os processos de seleção e pagamento de firmas de consultoria realizados com recursos do projeto, sendo constatado, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de pagamento foram realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

IV – CONCLUSÃO

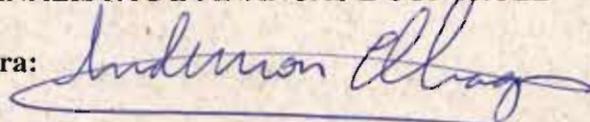
Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos de opinião que são mantidos controles internos adequados no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – PMGPU/SPU, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília/DF, 25 de abril de 2016.

Nome: ANDERSON ERLANI OLIVEIRA DAS CHAGAS

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

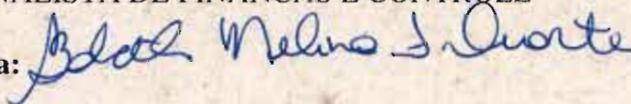
Assinatura:



Nome: BABETH MELINA FIGUEIREDO DUARTE

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:





Nome: MAURO HENRIQUE DE SOUZA MARQUES
Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Cargo: Coordenador-Geral de Contas do Governo

Assinatura:





Anexo 1 - Parecer de Auditoria nº 030-2015/SAGEF/CCIEEx

Parecer de Auditoria nº 030 – 2015/SAGEF/CCIEEx, relativo à auditoria especial no Departamento de Engenharia e Construção – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 27 de dezembro de 2013..





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO
CENTRO GENERAL SERZEDELLO CORRÊA

Parecer de Auditoria nº 030 – 2015/SAGEF/CCIEEx

1 UNIDADE GESTORA: Departamento de Engenharia e Construção (DEC) – UG/Código: 160067 e 167067.

2 ICFEx DE VINCULAÇÃO: 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (11ª ICFEx).

3 ASSUNTO: Auditoria Especial no Departamento de Engenharia e Construção – Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito nº 40, de 27 de dezembro de 2013.

4 OBJETO DA ANÁLISE:

4.1 Em cumprimento à determinação do Chefe do Centro de Controle Interno do Exército, contida no Boletim Interno nº 056, de 1º de outubro de 2015, do CCIEEx, referente à solicitação contida no Ofício nº 9.233/2015/Astec/Ciset-MD, de 26 de agosto de 2015, da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, uma equipe da 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército realizou uma Auditoria Especial no Departamento de Engenharia e Construção – DEC.

4.2 O trabalho teve como objetivo auditar o Termo de Cooperação (TC) para Descentralização de Crédito nº 40, de 27 de dezembro de 2013, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Departamento de Engenharia e Construção do Exército.

4.3 O referido TC originou-se no advento do Contrato de Empréstimo nº 2580/OC-BR, firmado pelo MPOG junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo do empréstimo é financiar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

4.4 Dessa forma, foi realizada uma auditoria não programada na execução do citado TC, referente aos anos de 2014 e 2015, com o objetivo de emitir um parecer quanto à regularidade dos atos administrativos.

4.5 Tendo em vista a complexidade, a abrangência do escopo da auditoria, e a exiguidade do tempo, o trabalho foi segregado em áreas distintas: montagem da infraestrutura dos ambientes, contratação de pessoal e aderência da execução ao cronograma previsto.

5 ANÁLISE:

5.1 Montagem da infraestrutura dos ambientes:

a. No tocante às aquisições de materiais e prestação de serviço para adequar e mobiliar 2 (duas) salas, foram verificados os processos referentes à totalidade das notas de empenho oriundas do TC supracitado.

b. Observou-se os aspectos relativos à legalidade dos processos licitatórios realizados, bem como, às participações extraordinárias, com seus respectivos documentos que compõem a fase do planejamento da contratação (inclusive os documentos referentes à Instrução normativa nº 04/2010/MPOG). Foi realizada, também, a análise dos contratos e as suas respectivas comprovações da realização das despesas que suportam a execução/fiscalização contratual. Por conseguinte, procedeu-se a inspeção física, "in loco", dos materiais entregues e serviços prestados. Ressalta-se que a inspeção física dos bens foi realizada na totalidade do escopo.

c. Quanto à utilização dos bens e das instalações, constatou-se que o uso das 2 (duas) salas e do equipamento ora adquirido, estão sendo realizados, exclusivamente, pelo pessoal vinculado ao projeto referente ao Termo de Cooperação nº 40/2013.



5.2 Contratação de pessoal:

a. No que se refere à contratação de pessoal, verificou-se os aspectos legais dos atos correlatos às contratações de todos os funcionários vinculados ao projeto.

b. No escopo da auditoria, foram analisados os documentos que compõem o processo seletivo (Edital nº 4/2014), tendo como base a Lei nº 8.745/1993 e o Decreto nº 4.748/2003. Observou-se os contratos celebrados, as rescisões e os seus respectivos ajustes de contas.

c. Quanto ao controle da UG na execução contratual, foi aplicado teste nos controles internos administrativos no tocante à aderência do ponto de presença dos contratados em relação aos contracheques. Nesse interim, não foram realizados testes nos contracheques dos meses de setembro e outubro, pois os pontos de presença encontravam-se em auditoria interna, na seção responsável pela administração do pessoal contratado.

d. No que concerne ao recolhimento das obrigações trabalhistas, a equipe de auditoria realizou testes de observância, por amostragem, e não ficaram evidenciadas desconformidades nos recolhimentos em comento.

e. Foi observado que o ponto de presença é controlado manualmente (escrito). Embora não tenham sido identificadas falhas nos controles. Recomendou-se que a UG avaliasse a conveniência e a oportunidade de utilizar sistema de ponto eletrônico, de acordo com a Portaria nº 1.510/09 do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.3 Aderência da execução do projeto ao cronograma previsto

a. O TC nº 40/2013 foi firmado em 27 de dezembro de 2013, tendo a sua eficácia iniciada em 3 de janeiro de 2014, após a publicação no Diário Oficial da União, e sua vigência prevista por 24 (vinte e quatro) meses.

b. Com o objetivo de entregar os produtos tempestivamente, foi adotada a metodologia de um "sprint" a cada duas semanas e concluindo um bloco de entrega em forma de "release", apresentado a cada três meses. Ressalta-se que os "releases" são aprovados, ou não, pelo comitê gestor do projeto, o qual há integrantes do DEC e da SPU. Verificou-se até a data de término da auditoria, que já haviam sido entregues 5 (cinco) "releases" e que a execução dos trabalhos está de acordo com cronograma acordado inicialmente. Salienta-se que os aspectos técnicos dos artefatos não foram analisados no trabalho.

c. Observou-se que em 22 de outubro de 2015 foi assinado o 1º termo Aditivo do citado TC, o qual foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2015. O objetivo do termo aditivo foi a prorrogação da vigência por 12 (doze) meses (02/01/2016 a 01/01/2017). Dentre as justificativas que motivaram a prorrogação do TC nº 40/2013, a principal foi o atraso do início do projeto, o qual deveria ter sido em janeiro de 2014, tendo ocorrido apenas em outubro daquele ano. Segundo a motivação descrita nos autos, o atraso ocorreu em decorrência do processo de contratação de pessoal, da adequação das instalações e da aquisição de equipamentos de grande porte (servidores).

d. O atraso para o início do projeto e, conseqüentemente, o aditivo temporal, não acarretou novas transferências, utilizando-se os recursos já previstos e repassados anteriormente.

6 CONCLUSÃO:

6.1 Após a análise da execução do Termo de Cooperação nº 40/2013, nos anos de 2014 e 2015, não foram evidenciadas irregularidades quanto aos atos praticados pelos agentes do Departamento de Engenharia e Construção.

6.2 Do exame levado a efeito pela equipe de auditoria nos documentos apresentados e extraídos dos sistemas informatizados e da verificação "in loco", dos documentos hábeis e dos bens adquiridos, a equipe se manifestou no sentido de opinar pela regularidade dos atos e fatos administrativos oriundos da execução dos trabalhos relacionados ao TC nº 40/2013.

6.3 Em que pese a auditoria não ter evidenciado irregularidades administrativas, o gestor do projeto foi orientado quanto à necessidade da implementação e do monitoramento de uma adequada estrutura de seus controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações produzidas, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano, e a eficácia e eficiência de suas operações.



6.4 Ressalta-se que o parecer de regularidade exarado pela equipe de auditoria da 11ª ICEx, referente ao projeto em questão, se restringe aos atos administrativos praticados pelos agentes, e referem-se à entrega do material e contratação de pessoal, deixando de emitir a opinião quanto aos aspectos técnicos.

6.5 Com base no exposto no citado relatório de auditoria, concordo com a conclusão e as orientações apresentadas pela equipe de auditoria da 11ª ICEx.

Quartel-General do Exército, Brasília-DF, 30 de novembro de 2015.

EVERTON LUIZ PEREIRA MARTINS - Cap
Analista

7 DESPACHO DO CHEFE DA SAGEF/CCIEx:

- 7.1 Concordo com o parecer do Analista;
- 7.2 Encaminhe-se uma via à SCCR para as devidas comunicações;
- 7.3 Arquite-se uma via na Subseção de Análise e Diligências/SAGEF; e
- 7.4 Encaminhe-se à apreciação do Sr Chefe do Centro de Controle Interno do Exército.

Quartel-General do Exército, Brasília/DF, 30 de Novembro de 2015.

CHRISTIE NASCIMENTO LOBATO - Maj
Chefe da SAGEF

8 DESPACHO DO SR CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO:

- 8.1 Aprovo o parecer do analista e o despacho do Chefe da SAGEF.
- 8.2 A SCCR/CCIEx encaminhe uma via à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, por intermédio da Secretária de Controle Interno do Ministério da Defesa, e à 11ª ICEx.

Quartel-General do Exército, Brasília/DF, 30 de novembro de 2015.

Gen Div LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO
Chefe do Centro de Controle Interno do Exército